



A SERVIÇO  
DOS POVOS  
INDÍGENAS



NOVEMBRO/DEZEMBRO - 2011  
EDIÇÃO Nº 191

ISSN 1679-2335

PARE

**Pela Mãe Terra,  
Por nosso futuro!**

O ano de 2011 está chegando ao fim. Foi um ano de catástrofes naturais, de violência, de muitas lutas e de direitos agredidos e desrespeitados. Sim, foi tudo isso. Mas não foi só isso. O Mensageiro abriu o ano com "O sonho e a realidade do Bem Viver frente ao modelo capitalista". Este tema nos acompanhou durante todo este ano, no meio de todos os conflitos. Nossa Mãe Terra clama pelo Bem Viver e nós seus filhos também. E vamos além do clamor para agir e propor. Como disse Dom Pedro Casaldáliga: "Os cristãos- e eu acrescento- os povos indígenas, não podem perder, e sempre devem proclamar a ESPERANÇA!" Junto com a esperança temos alternativas a propor.

Nesta última edição do ano destacamos muitas ações positivas e entre elas: a longa marcha de povos indígenas na Bolívia para falar com seu presidente e ajudá-lo lembrar de suas raízes, de suas melhores atitudes de respeito pela Mãe Terra. Conseguiram que a estrada planejada não passasse por

seu território. E aqui no Brasil, o belo exemplo de aliança e solidariedade entre ribeirinhos e indígenas em defesa do Rio Xingu que, acompanhados por seus aliados, ocuparam o canteiro de obras de Belo Monte e pararam por um dia os trabalhos.

São "vitórias"? São "ganhos"? De certa forma, sim! Mas no espírito do Bem Viver não há vencedores e perdedores. Nossa luta não é contra pessoas ou grupos. Nossa luta é a favor da vida, da vida do nosso planeta, nossa Mãe Terra e a vida plena de nossos povos e de todos os povos do mundo. Ao fazer oposição a uma obra que ameaça nossa Mãe Natureza e futuro dos seus filhos, visamos e defendemos o bem de todos.

Pedimos para os Povos Indígenas que saibam resistir às aparentes atrações da globalização e sejam sinais concretos, viáveis e visíveis que um mundo diferente é possível porque já existe.

Venham! Juntem-se a nós na luta por um Bem Viver para todos!

É fim de ano. Sua assinatura está em dia? Se não, renove, para continuar a ficar informado sobre a causa indígena de uma maneira que só o MENSAGEIRO faz.



### Publicação do Conselho Indigenista Missionário

Esta Revista nasceu em 1979 por iniciativa de 5 tuxauas  
É uma revista de: informação  
formação e  
intercâmbio a serviço  
dos Povos Indígenas

ISSN 1679-2335

Correspondência para:  
Caixa Postal 41  
CEP 66.017-970 - Belém - Pará - Brasil  
Telefone: (091) 3252 - 4164  
Fax: (091) 3252 - 2312  
E-mail: [cimibelem@hotmail.com](mailto:cimibelem@hotmail.com)  
Site: [www.mutiraoamazonia.org.br](http://www.mutiraoamazonia.org.br)



Instrumento usado pelos mensageiros no Alto Amazonas. Com ele avisavam as aldeias quando traziam notícias.

CAPA: Ocupação do Canteiro de Belo Monte. Foto de Maurício Matos. Contracapa: Kayapó. Foto de Dinailson Benassuly - Comitê Dorothy  
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: ARTUR DIAS.

# OUVE TEUS FILHOS, BRASIL!

Fotos: Cimi



Entre os dias 04 e 08 de outubro de 2011, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), realizou sua décima nona Assembléia Geral em Luziânia, Goiás. Desde o começo, a advertência dos povos indígenas de que “a mãe terra clama pelo Bem Viver” permeava as celebrações e análises, como lema e pano de fundo desta Assembléia. Para os índios, o Bem Viver depende fundamentalmente da posse de seus territórios tradicionais; no entanto, a realidade que os cerca é de assassinatos, suicídios de adolescentes, ódio racial explícito, destruição de sítios e rios sagrados, despejos decretados de terras ancestrais ou confinamento em minúsculos espaços.

Trazer a público todos esses problemas, e se organizar para pensar em soluções, são atitudes necessárias e permanentes, no seio do movimento indígena. São eles próprios que precisam tomar a frente dessas ações. É a sua voz que precisa se fazer ouvir. Por isso, é a palavra dos indígenas, presentes à Assembléia do Cimi, e gravada pela assessoria de imprensa da entidade, que apresentamos nas próximas páginas.



## Kurá Kanamari



***Kurá Kanamari esteve na Assembléia do Cimi. Ele falou sobre as condições de vida em sua terra, resumindo bem as dificuldades enfrentadas por seu povo, devido à atual crise na saúde.***

(...)meu pai disse: "eu vou morrer em casa", e foi isso que ele disse: morreu em casa. Morreu, como disse o meu avô, "vou morrer que nem um índio.

Eu lembro dessas falas, dessas mensagens dele, eu sinto assim em mim, poxa, não dá pra parar, não dá pra negar, não dá pra se vender. Isso não é brincadeira não, isso é uma coisa séria, por isso, que nós, eu faço questão, eu fiz até questão de vir porque tem mais oitenta parentes que vêm fazer os exames meu parente que passou lá, dos seis parentes que ta lá, que já passou, eles falou que viriam porque tinham que ver mesmo, mas os dois não resistiu porque a doença já tava muito avançada. No ano passado, no mês de fevereiro, depois do ano – novo morreu professor também meu tio, eu vivenciei a morte dele assim, como, como fosse uma coisa assim muito ruim, naquele momento.

Ele dizia pra mim, olhava pra todo mundo assim, dizia: "cuida do meu filho, cuida da minha mulher, porque eu, não vou existir mais, nunca mais", e dizia: "filho, lembre de mim, e que agora chegou minha vez".

## Cacique Babau Tupinambá

***O cacique Babau é liderança do povo Tupinambá da Serra do Padeiro no sul da Bahia. Ele comentou as semelhanças entre a situação de seu povo e a dos povos do Vale do Javari***

***ele criticou a demora nas demarcações de terras, falando, em particular, de sua terra:***

Se nós não nos apressarmos já, todos nós, em prol da demarcação, os parentes vão ser extintos e, nas terra deles, vai acontecer o que o governo quer fazer: eles vão se apropriar, dizendo que lá não tem mais índio, que os índios morreram, e vão explorar, sugar todos os recursos naturais que eles têm lá, que é isso que na verdade que a gente entende que tá por trás de tudo isso, desse desinteresse do governo. A gente fazia um diagnóstico de tudo o que aconteceu com nós no nordeste, nós fomos dizimados com doença, foi passado essas informações que os assassinatos, as perseguições, a expulsão dos nossos territórios, foi que eles disseram "são tão poucos os índios, que não precisam de territórios grandes, vamos deixar territórios minúsculos", e isso fica parecendo que o governo chega lá dizendo que



só tem dez ou doze famílias, e diz, "então, reduzimos esse território para 10.000 ha., e só precisa isso porque fica até mais fácil, como eles tão enjaulados, lá tudo, fica mais fácil desmatar".

***Babau expôs como, em sua visão, os Tupinambá realizam o Bem-Viver, tema que permeou a Assembléia do Cimi***

Para os índios continuar sendo respeitados, nós temos que ter segurança na terra, porque nós estamos conseguindo, nós conseguimos extrapolar a tudo nesses quinhentos e onze anos. Nunca demarcaram terra pra tupinambá, e não é por falta de luta, que quem conhece a luta tupinambá sabe que no sul da Bahia a cultura nunca parou, nós fomos perseguidos, acusados de tudo na vida, preso, aprisionado, assassinados, desaparecidos nas prisões, coisas de todo tipo.

Mas nós mantemos o nosso bem-viver dentro da floresta, no nosso modo de ser sem que nada tirasse nossa felicidade, nosso sorriso, mas quando a gente viu a situação que é no Vale do Javari, não tem coração que não sangre, o mais puro que ele seja, porque não estamos nos vendo, mas vem [o sentimento] prontamente, hoje, o tupinambá tá com uma esperança maior, que agora nós temos uma terra minúscula, mas é uma terra, que tá previsto pra sair, dura, sofrida, mas, você chega, você encontra felicidade na casa tupinambá. Você encontra o que é a felicidade, a paz e a harmonia, você encontra lá, Deus, Tupã, o nome que queira dar, né, à força dos nossos encantados.

***O cacique propôs ainda medidas concretas para solucionar os problemas no Vale do Javari:***

Então, a prioridade do Vale do Javari é lutar pela saúde, enfrentar o Ministério da Saúde, fazer a SESAI cumprir as suas funções; a outra questão no Vale do Javari, se a FUNAI tá criando barreira para o Cimi não entrar, nós um dia vamos ter que romper essa barreira pra poder botar o Cimi lá dentro. Sozinhos nós não conseguimos chegar até lá, mas se as entidades apoiarem, as comunidades se organizarem, todo mundo se dirigirá ao Vale do Javari pra chegar lá apertando a FUNAI, e colocando o Cimi lá dentro. Junto com essa proposta é a garantia da terra pra todos os indígenas do país que ainda precisa destravar. Não só a nossa luta é importante, vamos contar muito com o Cimi, mas eu acredito, com a força dos bispos, que aqui têm muitos, usar toda a força da igreja em prol da vida, em prol dos humildes.



***Aurivan dos Santos  
(Neginho Truká)***

***Neginho Truká endossou a fala do cacique Babau, e lembrou como o movimento indígena vem desenvolvendo a luta pelo Vale do Javari.***

“Então, falando um pouco da função que as ONGs vêm fazendo há alguns anos no movimento indígena, a gente vê que no nosso modo de vida faltava apenas um nome, e esse nome é o bem-viver. As coisas acontecem assim aqui, né? Pelos oradores, pelos indígenas, levam-nos a refletir e a ter certeza de que a forma de vida escolhida por nossos antepassados pra gente e pra nossas futuras gerações, era o bem-viver.

Nosso bem-viver tem sido ameaçado pela não-demarcação de terras, pela criminalização de lideranças, pelos assassinatos, pela degradação dos nossos direitos. Vocês imaginem, cada um da gente vem aqui com um problema diferente, seja de demarcação, seja de criminalização, seja de perseguição, e nós chegamos a um consenso de que a prioridade das prioridades é o Vale do Javari.

Há três anos atrás, nós registrávamos no Acampamento Terra Livre quando apareceu, de forma, a coisa aberta, pela primeira vez na mídia a questão do Vale do Javari, e nós juntamos um grupo de índios lá no Acampamento Terra Livre e fomos até o Conselho Nacional de Saúde, exigir providências. Nós paramos

a reunião do Conselho Nacional de Saúde e, o que aconteceu? Esse povo fizeram ações populares, para resgatar a honra da população e pra dar uma satisfação a toda a população brasileira através da mídia, e a situação do Vale do Javari agora é muito mais gritante do que há três anos atrás. O que foi apresentado pelo nosso parente aqui é dizimação pura! Estão matando os jovens, os adultos, pra ficarem com as crianças, pra fazerem a mesma coisa que fizeram com a gente no nordeste. Esse filme a gente já assistiu. O que aconteceu com a gente: mataram nossos pais, nos-

so avós, nossos velhos, e com eles levaram nossa língua, levaram parte da nossa cultura e parte da sagrada terra.

Então, isso tudo levou a vir aqui propor pra cada um de vocês pra que a gente realmente faça uma campanha em prol do Vale do Javari, não só pela situação dos índios que estão lá, mas o próprio bem-viver de todos os índios do Brasil. Nós temos assistido às guerras impostas aos nossos povos, através de Raposa Serra do Sol, através do Pataxó-Hã-Hã-Hãe, através dos índios Guarani, dos Kayowá, dos Terenas.



## Momentos da XIX Assembléia do Cimi

01. Estêvão Tsi' Omowe, Xavante conta as dificuldades do povo de Marãiwatsédé.

02. O Povo Xukuru fala da experiência de seu povo no esforço, com acertos e erros, de se organizar pelos princípios do Bem Viver.

03. Cláudio Terena emocionou a Assembléia do Cimi ao relatar as perseguições e discriminação sofridas pelos povos indígenas em Mato Grosso do Sul.

04. Xavier Albô, jesuíta da Bolívia, explica a problemática da rodovia que iria cortar o TIPNIS e o esforço dos povos indígenas de dialogar com o governo. (ver pp 13-15);

05. Todos participantes participaram no plantio de flores em forma de arco - e - flecha como símbolo da tradição e da resistência indígenas.



# POVOS INDÍGENAS DO VALE DO JAVARI, UNIDOS PELA SAÚDE, PELA VIDA!



Conforme já noticiado no MENSAGEIRO n.º 187, os povos indígenas do Vale do Javari iniciaram campanha por providências urgentes para os graves problemas de saúde que enfrentam na região. Nos últimos anos, tem crescido de forma alarmante o índice de contaminação por doenças como malária e hepatites (A, B, C e Delta), sobretudo do tipo "B", que não tem cura. Essas doenças já causaram a morte de mais de 300 indígenas nos últimos dez anos. Sob risco iminente de extinção, os povos se unificaram pela campanha – que recebe apoio de diversas organizações, entre elas o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

**Você pode colaborar, enviando uma carta como sugerido abaixo:**



Foto: Nilvo Favreto

Excelentíssima Senhora  
DILMA ROUSSEF  
Presidente da República  
Brasília/DF

Senhora Presidente,

Tomamos conhecimento da realidade dramática enfrentada pelos povos indígenas da região do Vale do Javari, no estado do Amazonas. Consta-nos que os povos Kanamari, Kulina, Matsés, Matis e Marubo estão sob risco de desaparecer devido a contaminação por doenças endêmicas, como malária e hepatites. Fomos informados que ali existem comunidades onde mais de 80% dos moradores estão contaminados por hepatite do tipo "B" – reconhecidamente uma doença sem cura. Soubemos ainda que o Estado se faz presente na região de forma bastante precária, sem adotar as medidas necessárias para prevenir e curar as doenças.

Em vista da gravidade da situação e com desejo de reverter esse quadro doloroso para os povos indígenas, solicitamos a adoção das providências que os próprios indígenas assumem como condição indispensável para melhorar sua qualidade de vida, quais sejam:

- Presença de equipe multidisciplinar permanente na área (médicos, enfermeiros, dentistas, infectologista);
- Construção de pólos bases e infra-estrutura básica para a conservação de vacinas;
- Realização de sorologia em todos os indígenas da terra indígena Vale do Javari;
- Aquisição de barcos equipados e rápidos para atendimento e remoção de doentes;
- Medicamentos em quantidade suficiente para atendimento aos doentes;
- Saneamento básico;
- Construção de pistas de pouso e horas de vôo asseguradas em orçamento;
- Capacitação de agentes de saúde e parteiras;
- Prevenção e controle da malária.
- A médio prazo: nova estrutura para a Casa de Saúde do Índio – Casai, de Atalaia do Norte; Construção de

uma casa de apoio para pacientes portadores de endemias.

Certos da Vossa pronta atenção, agradecemos,  
Atenciosamente,  
NOME COMPLETO  
Cidade, País

**Enviar cópia, via correio eletrônico ou correio postal, para os seguintes endereços:**

Ministério da Justiça  
Exmo. Sr. José Eduardo Martins Cardozo  
Esplanada dos Ministérios, Bloco "T"  
70.712-902 - Brasília/DF  
Fax: 00 55 (61) 2025-7803  
E-mail: acs@mj.gov.br

Secretaria de Direitos Humanos  
Exma. Sra. Ministra Maria do Rosário  
Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C  
Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "A", 10º andar,  
CEP 70.308-200 – Brasília - DF  
Fax: 55 61 2025-9414  
E-mail: direitoshumanos@sdh.gov.br

Ministério da Saúde  
Exmo. Sr. Ministro Alexandre Padilha  
Esplanada dos Ministérios Bloco G  
Brasília-DF / CEP: 70058-900  
Bloco G Ed. Anexo, Ala A 2º andar, sala 243. Brasília - DF,  
E-mail: alexandre.padilha@saude.gov.br

Casa Civil da Presidência da República  
Exma. Sra. Ministra Gleisi Hoffmann  
Casa Civil da Presidência da República  
Palácio do Planalto - 4º Andar 70150-900 - Brasília - DF.  
E-mail: casacivil@planalto.gov.br

Cimi Regional Norte I  
Rua Lagamar, 36 - Conjunto Habitacional de Flores – Flores  
- Manaus – AM  
CEP 69.058-801  
E-mail: ciminorte@cimi.org.br

# Cumpra-se Marãiwatsédé!

## Campanha de solidariedade ao povo Xavante

O povo Xavante foi contatado por volta de 1957. A partir desse momento, os indígenas foram sendo “empurrados” para fora da área que interessava aos não-indígenas, que se apossaram das terras, promovendo a degradação do meio ambiente e dificultando assim os meios de subsistência dos indígenas. Apesar das terras indígenas já serem protegidas pela Constituição vigente, as terras Xavante foram tituladas pelo estado de Mato Grosso a partir do ano de 1960.



Representantes Xavante que estiveram presentes à Assembléia do Cimi

Encurralados numa pequena área alagadiça, expostos a inúmeras doenças, os Xavante foram transferidos pela Força Aérea Brasileira (FAB) para a Terra Indígena São Marcos, ao sul do estado, numa articulação entre particulares e governo militar, ocorrida em 1966. Grande parte da comunidade morreu na chegada em São Marcos, devido a uma epidemia de sarampo.

Em 1980, a fazenda Suiá-Missu - área incidente na Terra Indígena Marãiwatséde, de 1,7 milhão

de hectares, maior que a área do Distrito Federal e considerada então “o maior latifúndio do mundo” - foi vendida para a empresa petrolífera italiana Agip. Durante a Conferência de Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro, sob pressão, a Agip anunciou devolver Marãiwatséde aos Xavante.

Em 1º de outubro de 1993, o ministro da Justiça declarou a posse permanente indígena para efeito de demarcação, a ser realizada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Desde 2007, há uma determinação judicial para que a terra seja desintrusada e ambientalmente recuperada, mas até hoje isso não foi concretizado, e os Xavante iniciaram campanha de assinaturas para que a Quinta Turma do TRF da 1ª. Região garanta, rápida e definitivamente, a retirada dos invasores de Marãiwatsédé, para que o povo Xavante possa retomar o curso de suas vidas em sua terra sagrada.

É neste espírito que a comunidade Xavante de Marãiwatsédé espera e acredita na confirmação de seus direitos pela Quinta Turma do TRF da 1ª. Região, e convida a todas e todos para se unirem nesta luta que é de todos os brasileiros, divulgando-a entre seus amigos e enviando mensagens aos desembargadores chamados a apreciar a apelação 0053468-64.2007.4.01.0000, de acordo com a sugestão ao lado:

Des. Selene Maria de Almeida - gab.selene.almeida@trf1.jus.br, tel. (61) 3314 56 44, fax (61) 3314 56 77

Des. João Batista Moreira – joao.batista@trf1.gov.br, tel. (61) 3314 56 40, fax (61) 3314 56 76

Des. Fagundes de Deus – fagundes.deus@trf1.jus.br, tel. (61) 3314 56 49, fax (61) 3314 56 78

### Sugestão de mensagem:

Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator Fagundes de Deus,  
Excelentíssima Senhora Desembargadora Selene Maria de Almeida e  
Excelentíssimo Senhor Desembargador João Batista Moreira,

A comunidade Xavante de Marãiwatsédé, do estado do Mato Grosso, teve sua terra tradicional demarcada, homologada e registrada no Serviço do Patrimônio da União em 1998. Entretanto, sua posse permanente e usufruto exclusivo – garantias constitucionais - não estão efetivados devido à permanência de numerosos ocupantes ilegais que a devastaram e que conseguiram, por meio de sucessivos recursos judiciais, permanecer na terra, desmatando-a intensamente até o presente momento.

Os Xavante têm enfrentado até hoje sérios problemas com estes ocupantes ilegais. Ameaças e provocações exigem que os indígenas mantenham vigilância constante e, para se proteger, estão concentrados numa única aldeia, o que não faz parte de sua cultura.

A Quinta Turma do TRF da 1ª Região, da qual Vs. Exas. fazem parte, decidiu a favor dos Xavante em acórdão publicado no dia 22 de novembro de 2010, considerando a posse de todos os ocupantes de má-fé, sobre bem imóvel da União, concluindo que os posseiros não têm nenhum direito às terras, por se tratarem de “meros invasores da área, inexistindo possibilidade de ajuizamento de ação indenizatória”. As ações impetradas pelos ocupantes foram consideradas como “propósito meramente protelatório, atitude que deve ser combatida vigorosamente pelo juiz da causa”.

É nesse sentido que pedimos a Vs. Exas. que confirmem, de uma vez por todas no TRF da 1ª Região, a magnífica e justa decisão desta Quinta Turma deste Tribunal, garantindo assim esta Casa – nos autos da apelação 0053468-64.2007.4.01.0000 os direitos originários, sagrados e constitucionais do povo Xavante de Marãiwatsédé, para que possam retomar o curso de suas vidas na terra para a qual sempre sonham em voltar, de acordo com a manifestação deste povo, através do Cacique Damião Paradzané.

Respeitosamente,  
(nome, profissão, RG e/ou CPF)  
(endereço)

# CÓDIGO FLORESTAL: O EMBATE CONTINUA



## Ruralistas e agro-negócio:

Há muita propaganda enganosa a respeito, inclusive alarmismo emocional circulando no internet. Por exemplo, que deixaremos milhões de brasileiros com fome se restringirmos o desmatamento. Ou que precisamos tirar este excesso de árvores para poder respirar direito.

Parece que não sabem que sem a floresta não haverá alimento algum, pois nem a terra e nem as fontes de água se sustentam sem florestas, com todas as conseqüências que isso implica (Veja o Mensageiro de julho-agosto).

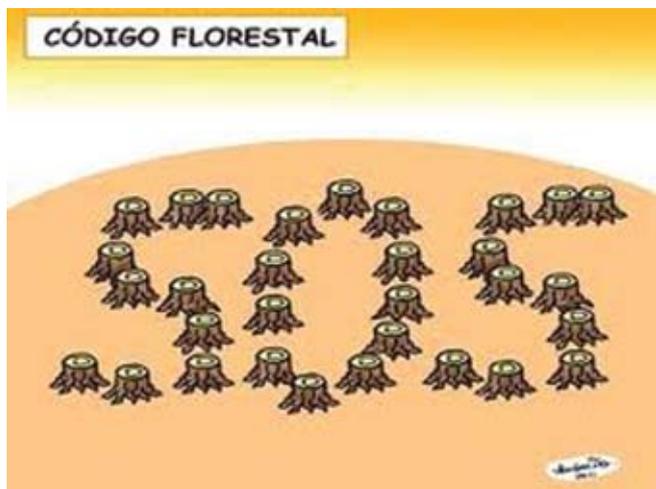
E com toda a expansão das monoculturas e pastagens, os brasileiros estão comendo melhor? É mais questão da produção de agro combustível e de celulose, de gado para exportação, tudo para lucro rápido e volumoso. E ainda tem as fraudes de incentivos fiscais que desmatam para criar pasto de perder de vista com pouco ou nenhum gado.

## Comitê em Defesa das Florestas:

É por isso que o "Comitê Brasil em Defesa das Florestas" apresentou aos senadores, em 31 de outubro, sugestões de reforma ao Código Florestal para restringir atividades em Áreas de



Preservação Permanentes (APPs) e de reserva legal. O Comitê explicou a relação entre a degradação das APPs e alguns desastres climáticos como enchentes e deslizamentos de terras. E expressou a esperança que, na construção do novo código, a agenda econômica não fique acima da agenda ambiental.



### **Comitês de bacias hidrográficas:**

Foi constatado que comitês de bacias hidrográficas não estão sendo ouvidos. Eles argumentam que não se deve regularizar a ocupação de margens de rios quando ainda for possível recuperar esses locais. E ainda afirmam que as conquistas da Lei da Mata Atlântica deveriam ser levadas para o Código Florestal, pois tratam da utilização e preservação da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

### **Comunidades indígenas:**

Os indígenas precisam ser ouvidos para que não se faça com pressa uma lei que deixe de fora populações que parecem estar invisíveis ao Estado. Foi relatado a preocupação dos povos cujas terras são cortadas pelo Rio Xingu porque as nascentes ficam fora da reserva. Ainda levaram o caso dos Awá Guajá no Maranhão, cujas terras são invadidas e desmatadas por madeireiros que chegam a caçar os indígenas. "O Código Florestal não pode legitimar crimes e ilegalidade", disse Cleber Busato do Cimi.

### **Agricultura familiar:**

Que no Código Florestal haja tratamento diferenciado para a agricultura

familiar, todo mundo concorda. Mas isso exige que esta diferença (a possibilidade de cultivar em áreas de preservação) fique somente para os agricultores familiares e não ser concedido a todas as propriedades com até quatro módulos fiscais, como previsto no projeto.



### **E agora?**

Talvez no momento em que publicamos este artigo, o Código já tenha sido votado. As modificações publicadas em pouco mudaram a proposta de Aldo Rebelo, que já foi visto como incentivo ao desmatamento e garantia de impunidade para os depredadores. O Ministério do Meio Ambiente acredita que o projeto ainda precise ser melhorado em seis pontos: incentivos econômicos para manutenção de florestas; parâmetros para a recuperação de mata ciliar; regramento para suspensão de multas por desmatamento ilegal; critérios para compensação florestal; estímulos para recuperação de área degradada; e normas para evitar incêndios florestais. Depois de passar na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o texto final chega ao plenário do Senado para votação e encaminhamento. Continuamos aguardando apreensivos.

# YANOMAMI FAZEM CURSO DE LEGISLAÇÃO INDÍGENA

De 2 a 9 de setembro de 2011, realizou-se o IV módulo de curso de legislação indígena na comunidade Waromapiitheri, do povo Yanomami. Participaram várias lideranças das regiões Ajarani II, Baixo e Missão Catrimani. foram apresentadas todas as seguintes malocas:

Rasasipiitheri,  
Waromapiitheri,  
Rokoaripiitheri,  
Maamapiitheri,  
Yaropiitheri,  
Yorikiopii theri,  
Macuxi theri,  
Cajutheri,  
Poratheri,  
Uxixiutheri,  
Hawarihixapopëutheri,  
Tihinapiitheri,  
Maimasipii theri,  
Koroasipiitheri,  
Xexenapiitheri.

Estiveram presentes:

Mozarildo Yanomami, membro da diretoria da Hutukara Associação Yanomami-HAY; Pe. Vanildo Pereira da S.Filho, Assessor Jurídico do CIMI, Elaine Elamid LMC, Tommaso Lombardi LMC, Membros da Equipe missionária: ir. Mary Agnes Njeri Mwangi, ir. Jose Iris dos Santos, ir. Noemi Mamani Del Valle e ir. Inés Arciniegas Tasco.

As oficinas de formação sistemática e bilíngüe sobre legislação indígena começaram no ano de 2008 com os seguintes objetivos:

- Promover entre as lideranças indígenas o conhecimento dos direitos fundamentais e dos direitos indígenas;
- Promover o conhecimento das lideranças sobre as instâncias estatais de proteção dos direitos indígenas;
- Promover treinamento para aplicação dos conhecimentos legais frente à realidade local.

Desta vez, o foco principal da discussão se concentrou sobre a exploração mineral em terra indígena e a Convenção 169 da OIT que trata sobre a necessidade do con-



sentimento, livre, prévio e informado dos índios nas ações que possam ter um impacto significativo sobre as suas terras ou recursos naturais. O trabalho dos conteúdos foi fundamentado com a devida apresentação legal, com exemplos e exercícios práticos.

Atualmente, a exploração mineral em terras indígenas não é permitida por falta de regulamentação do artigo 231 da Constituição Federal, que condiciona a pesquisa e a lavra em áreas indígenas à autorização do Congresso Nacional. Mesmo assim, a corrida da exploração mineral continua crescendo na área Yanomami de forma ilegal. Segundo Davi Kopenawa, presidente da Hutukara Associação Yanomami, pelo menos 1.500 garimpeiros atuam no território. E segue seu relato dizendo que os principais pontos de exploração de garimpo estão instalados nas regiões do Paapiú, Baixo





e Alto Rio Mucajaí, Kayanau, Uxiú, Xitei, Homoxi, Parafuri, Waikás e nas cabeceiras dos rios Mucajaí, Catrimani e Uraricoera. Além da exploração da terra, ele destaca que todo o habitat dos índios está sendo afetado. A experiência comprova que os rios estão poluídos pelos materiais empregados na garimpagem, como o mercúrio, os animais estão morrendo e os indígenas ficando doentes.

Durante a oficina era grande a preocupação com o presente e o futuro do povo. Hoje, a terra yanomami possui um subsolo muito cobiçado por garimpeiros e empresas mineradoras que trazem muitos problemas. Cada dia as pressões aumentam. "Sabemos que são muitas as empresas que aguardam ansiosas a regulamentação da exploração mineral em terras indígenas. Portanto, vamos ficar de olhos bem abertos para tratar este assunto e dizer nossa opinião," afirmou Alexandre Yanomami.

Na ocasião, foi bastante enfatizada a necessidade da consulta. De acordo com a Constituição Federal, quem autoriza a exploração mineral em terras indígenas é o Congresso Nacional, porém, antes de dar esta autorização o próprio Congresso precisa ouvir as comunidades indígenas. Isto significa que eles têm de ser corretamente informadas sobre seus direitos e sobre os potenciais impactos positivos

e negativos que um projeto de mineração pode ter sobre suas vidas e seu território, sua economia e cultura. Que devem ser utilizadas estratégias específicas que levem em consideração as barreiras e os níveis sócio-culturais e lingüísticos

O Tuxaua Kahera da comunidade Waromapiitheri, concluiu a oficina apresentando sua opinião sobre a importância de protesto e manifestação encorajado aos jovens a viver os seus deveres visado o bem comum e luta pelos seus direitos.

"Vocês professores, Agentes indígenas de saúde, microscopistas e alunos que sabem escrever, tem que escrever bem os relatórios da fala dos Tuxauas. Porque pensam direito, tem muito sabedoria sobre o valor da floresta, da terra, mas não sabem escrever. As autoridades não sabem escutar sem também ver papel escrita porque esquecem rápido. Eu Kahera, Davi Kopenawa, Haro e outros tuxauas lutamos muito para demarcação da nossa terra. Viajamos para Manaus, Brasília, Falamos forte sem medo, E bom para vocês jovens aprender fala sem medo alem de aprender ler e escrever. Só assim vamos continua morado na nossa terra demarcada". ( Fala do Tuxaua Kahera)



# BOLÍVIA – O BEM VIVER: ENTRE A FALA E A PRÁTICA

Persistência indígena salva o Território Indígena do Parque Nacional Isiboro Século Tipnis na Amazônia Boliviana.

## Os fatos:

Após muitas tentativas e sem conseguir que o governo sequer pensasse em alternativas de trajeto para a estrada que cortaria sua área ligando Tunari a San Ignacio de Moxos, no dia 15 de agosto cerca de dois mil indígenas se puseram em marcha partindo de Trinidad na Amazônia boliviana para La Paz, capital da Bolívia que fica no altiplano.

Durante o caminho de 602 quilômetros recusaram a negociar com o governo para não enfraquecer a mobilização.

No dia 25 de setembro, quando a marcha contava 42 dias, os manifestantes foram surpreendidos por uma repressão violenta da polícia no povoado de Yucumo.

Em 21 de outubro, dois dias após a chegada dos manifestantes a La Paz, o presidente Evo Morales anunciou o envio ao Congresso da Lei de Tipnis que muda a rota da estrada para fora do Tipnis.

A Assembléia Legislativa deve aprovar a norma que proíbe a construção de estradas no território e o declara como zona intangível, patrimônio sociocultural e natural, de preservação ecológica e reprodução histórica.

Os povos indígenas Chimán, Yurakaré e Mojeño conquistaram ainda o reconhecimento de Tipnis como seu território de caráter indivisível, imprescritível, impenhorável, inalienável e irreversível, além de proteção como área de interesse nacional.

Todavia a vigília dos indígenas permanece na praça até que a nova lei for aprovada pela Assembléia Legislativa e promulgada pelo Executivo.

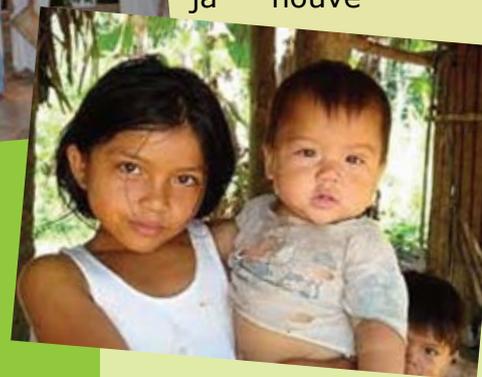
## As causas:

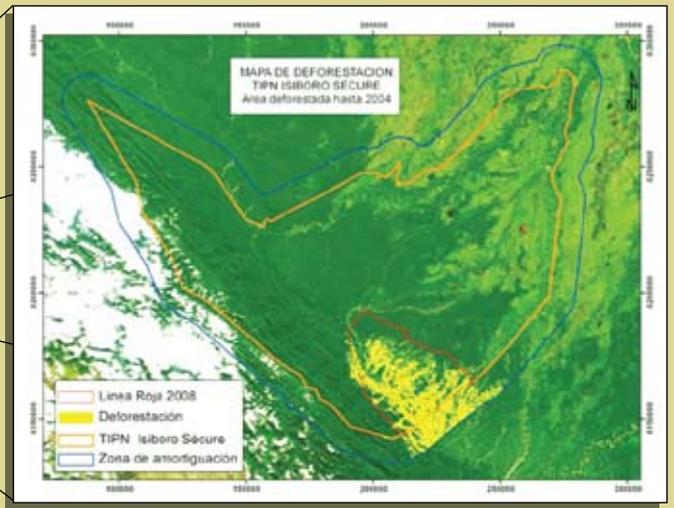
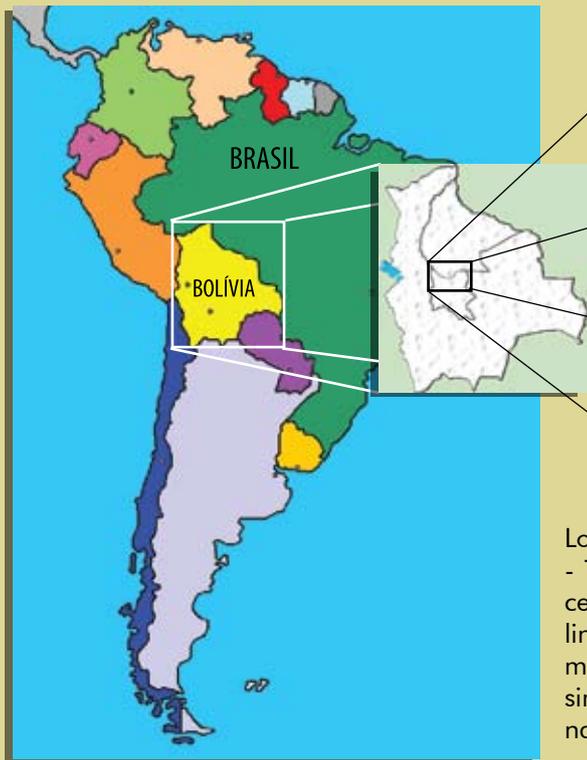
Então o que é que estes povos Mojeño, Yurakaré e Chimán estão defendendo? É sua própria vida como povos, seu território ancestral e a própria Mãe Terra. A estrada é a

mais recente ofensiva contra eles e contra a terra. Antes já houve



Acima, Mojeños; ao lado, crianças Yurakaré.



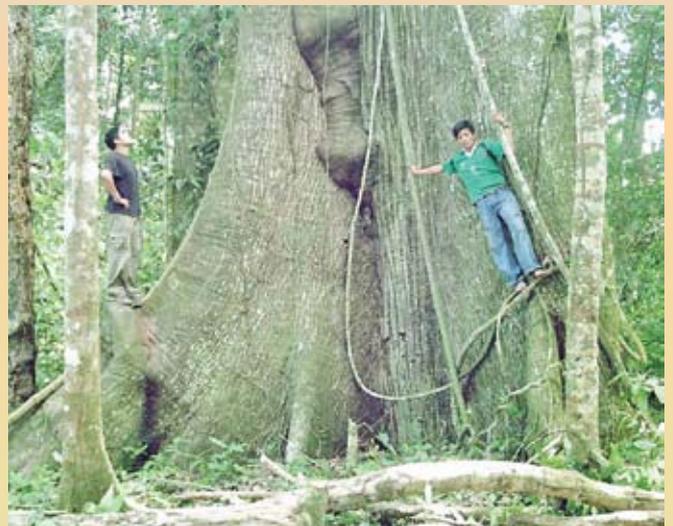


Localização do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure - TIPNIS, entre os departamentos de Beni e Cochabamba. No terceiro mapa, a linha laranja representa a delimitação do Parque; a linha azul, uma área de “amortecimento”, como o nome diz, para manter afastadas atividades danosas aos ecossistemas. Mesmo assim, isso não evitou o desmatamento ao sul e sudeste, como se vê na área em amarelo.

colonização dentro do território e nos arredores que vem causando graves conseqüências para a vida do povo e do ecossistema do parque ambiental Isiboro Sécure. O projeto da estrada tem o recorde de transgressões: a Constituição, às leis ambientais, aos direitos humanos, aos acordos internacionais.

### Evo Morales e o Bem Viver:

Os povos indígenas deram seu apoio incondicional ao governo, pois com a eleição de Evo Morales se abriu a visão e a esperança de entrar num caminho de desenvolvimento em harmonia com nosso planeta. Seus muitos pronunciamentos sobre a Pachamama, mudanças climáticas, os Direitos da Mãe Terra, todos expressam o desejo do Presidente e da grande maioria do



Grandes árvores dão uma idéia da riqueza natural ainda existente em Isiboro Sécure

povo: Conservar este planeta para as futuras gerações e demais seres vivos, e construir alternativas reais.

Os índios apelam ao presidente Evo Morales: *"A exploração dos jazidas de gás, a construção de mega barragens, a abertura de estradas ferem a Mãe Terra gravemente. São feridas de morte, Sr. Presidente. Qualquer ação deve ser equilibrada, bem pensada e controlada, considerando as conseqüências a curto e longo prazo."*

*"Pense no novo Estado que está construindo... Pare uns minutos de decisões equivocadas que nos levam para a derrota que vem justamente desse mundo ocidental capitalista que você está querendo mudar! Pense naqueles que acreditaram em sua pa-*





Marcelino Cuéllar, liderança indígena, dá entrevista sobre as invasões na Terra Indígena

*lavra de mudança, em sua origem indígena que recolheu o poder dos cidadãos mais pobres e excluídos, os indígenas, e escute-os!"*

*"Não perdemos a esperança de crer que foi algo especial e diferente na história da Bolívia a sua chegada a dirigir o Estado*



Menina Chimán. Foto: Roxxo (Flicker)

*Plurinacional incorporando as nações originárias, e só a história julgará se estes atos foram mais um engano para este país biocultural!"*

*"Senhor Presidente, por favor, não se esqueça de suas raízes indígenas, não se esqueça de olhar para as estrelas no altiplano e sua mensagem ao mundo: A Terra não nos pertence, nós pertencemos à Terra."*

### **Uma questão maior:**

Sem dúvida todos nós regozijamos com os indígenas que insistiram e conquistaram o reconhecimento de seu território. Todavia, há uma preocupação que o Bem Viver tão



Apesar da violenta repressão, muitos outros cidadãos, além dos indígenas, se prontificaram a defender a preservação do TIPNIS.

falado seja mesmo falado e não posto em prática. Mesmo que tenha cedido neste ponto, a estrada vai ser construída por uma firma brasileira por 415 milhões de dólares dos quais 332 milhões de dólares correspondem a um crédito do governo do Brasil. E a extração de gás vai continuar e outros projetos nocivos à Natureza. Ou seja, o governo atual da Bolívia é que mais fala de respeito pela Natureza e harmonia com ela para o resto do mundo. E por isso estamos agradecidos, pois tem ajudado abrir horizontes e debates. Mas em casa continua com projetos do modelo capitalista predador. Entre a fala e a prática...



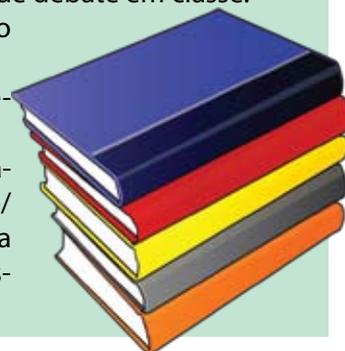
Plantações de coca também já são vistas dentro da terra indígena.

# Na Sala de Aula

*Professores e agentes da educação popular, estas duas páginas são suas. O Mensageiro é um instrumento valioso para suas aulas. Quanto mais o utilizar, mais vai descobrir ou criar. Mande suas idéias para o Mensageiro para que seus colegas educadores possam aproveitar também de sua criatividade. Aqui tudo é copyleft, ou seja quanto mais se espalhar, melhor.*

## Comunicação e expressão:

- A leitura conjunta do Mensageiro em voz alta, com expressão, ou a leitura individual em silêncio.
- A interpretação de seus textos através de perguntas com respostas escritas ou de debate em classe.
- Exercícios de gramática, isolando frases e analisando de acordo com o assunto do momento.
- Discurso em público sobre o assunto tratado em algum artigo, ou grupos de debate para discutir os dois ou mais lados de um assunto tratado no Mensageiro.
- Escolher uma questão e fazer pesquisa na biblioteca, em Mensageiros passados, no Porantim, na internet para elaborar um texto com a opinião própria e/ou incrementando os dados fornecidos no artigo. Este exercício serve tanto para comunicação e expressão como para outras matérias do conteúdo do artigo escolhido.



## Geografia:

Este número do Mensageiro fala de muitos povos e lugares diferentes.

- Faça uma listagem destes.
- Localize no mapa ou globo.
- Verifique as condições climáticas, econômicas, sociais e políticas destes lugares.



## Cidadania e solidariedade:

### Campanha Vale do Javari: p.7:

A saúde indígena sofre pela precariedade e descaso no tratamento de doenças. No caso do Vale do Javari, isso chega a dizimação por hepatite.

- No debate sobre esta situação, lembrem de outras situações semelhantes, talvez na sua própria área, como também entre a sociedade não indígena. Por que isso acontece?
- Ajude com o abaixo-assinado em favor dos povos do Vale do Javari. A partir da escola, levar este esforço para toda a aldeia e região onde mora.
- Se for o caso, faça uma ação na sua região em favor de seu povo e seus vizinhos.



### Campanha Marãiwatsede: p.8:

- Pesquisa para saber mais sobre esta situação. Procure a fazenda Suiá-Missu e Missão São Marcos para mais informações.
- Conversar e analisar as muitas injustiças feitas a este povo.
- Compor as cartas para os desembargadores como a campanha pede. Mande cópia para os Xavantes via Mensageiro (endereço no verso da capa, p2)



## Ciência:

São vários artigos que levantam tópicos científicos para debate, pesquisa, opinião, por exemplo:

- Energia: modos alternativos de gerar energia elétrica
- Equilíbrio de ecossistemas e sua importância para o futuro do planeta e seus povos
- A importância de base científica na elaboração de políticas públicas.
- Mudanças climáticas



## Aliados:

Um debate interessante, tanto na comunidade quanto na escola, é sobre a questão de aliados ou parceiros. É possível fazer parceria com qualquer um que oferece vantagem? Quais são os critérios para que não traíremos nosso povo, nossas tradições, nossos princípios e valores? E aliados? Será que todos que se dizem são mesmo aliados? Nesta edição do Mensageiro, fala de aliados principalmente nas páginas 18-19. Foram citadas várias categorias de aliados no movimento em torno de Belo Monte. Faça a lista. Veja que grupos são aliados de seu povo. Dentro de um grupo de aliados, podem existir facções ou pessoas com opinião e ação contrárias? Como se pode saber?



## Wangari Maathai: p 25

- Plantar e cuidar de umas árvores na sua aldeia em homenagem a esta grande mulher e ao mesmo tempo estudar sobre a vida e características de cada árvore.
- Pesquisar sobre a vida de Wangari.



## O Bem Viver: pp 3- 6 e pp 13- 15

O Bem Viver é uma questão em debate constante.

Já consta como modo alternativo de organizar-se, principalmente nos países andinos da Bolívia e do Equador. Leia estes dois artigos e descreva os benefícios de organizar a sociedade e governo a partir da ótica do Bem Viver em contraste com a maneira que nossa sociedade e governo são organizados atualmente. Edições passadas do Mensageiro ajudarão nesta descrição e análise.



# ALIANÇA DA VIDA

## Em defesa do Rio Xingu e seus povos e contra Belo Monte

Os pescadores chamaram. Os indígenas, estudantes, sindicatos atenderam, responderam chegando a Altamira. Aliados destes grupos das igrejas, da política e dos movimentos populares também colaboraram e compareceram para este seminário. Neste seminário houve diálogo, todos tinham o direito de falar. Isso em contraste com a atitude do governo que rompeu o diálogo com o povo sobre Belo Monte apesar de inúmeras tentativas por parte dos defensores do Xingu. Todos os presentes entenderam que a recusa em sequer comparecer na audiência convocada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) significa que o governo pretende passar por cima da lei



Dinaílson Benassuly

e do direito dos povos para destruir o rio Xingu com esta mega-usina. (Veja a declaração na p 27.)

Os participantes tiveram ainda a contribuição do professor Sérgio Moraes da UFPA que há anos estuda os impactos da construção da hidrelétrica de Tucuruí na população local, em particular na vida dos pescadores da região. O professor Sérgio lembrou que os indígenas foram os primeiros pescadores da região e do Brasil. Esta afirmação reforçou no peito dos participantes a convicção de que estavam no caminho



Ana Laide Soares Barbosa

certo, o da aliança entre indígenas e pescadores no enfrentamento desta barragem.

Na busca de novas idéias para a luta de resistência, indígenas e pescadores reunidos decidiram que entre outras propostas era importante ocupar o canteiro de obras da usina numa ocupação pacífica que deveria ser um recado claro ao governo da intenção dos povos de continuar a resistência.

Após a ocupação os manifestantes decidiram



Dinaílson Benassuly

que a luta continuaria, primeiro denunciando a morosidade da justiça em julgar ações de interesse popular, enquanto age rápida na defesa dos interesses do grande Capital que avança sobre a região e depois em ampliar ainda mais essa aliança, com a participação maior de ribeirinhos e agricultores que se fizeram presentes na ocupação apoiando e se oferecendo para ajudar em alguma coisa junto aos manifestantes.

A ocupação foi pacífica, índios e pescadores saíram de lá, dispostos a voltar. Mostraram que a luta não terminou e que estão dispostos a ir até o fim em defesa da vida do Xingu e todos seus habitantes.

A Sonia Guajajara de Maranhão declarou depois da ação: "Acho que um pedaço de nossos cora-



Dinaílson Benassuly

Maurício Matos



ções ficou enterrado na beira daquele rio. Causou em nós uma profunda indignação ao ver a terra arrasada, em um cenário grotesco de máquinas, concreto e devastação... vimos o que poucos até então viram. É destruição a se perder de vista! Nossa revolta só aumentou. Que os nossos Maíras possam nos encher de forças para não fraquejarmos e juntos podermos seguir em uma grande marcha rumo à Altamira. Que os bons espíritos nos protejam e nos deixem lutar. Nós, os Guardiões da Floresta, estamos todos unidos contra Belo Monte.”

(Com colaboração de Luiz Claudio Brito Teixeira)

Maurício Matos



*Até o fechamento desta edição, a 5.ª Turma do TRF da 1.ª Região havia negado provimento à apelação do MPF que contestava a validade do Decreto Legislativo que autorizou a construção da Hidrelétrica. Mesmo com mais esta derrota, o movimento continua na luta.*

### Os Estados Unidos estão explodindo as barragens.

Enquanto o Brasil freneticamente projeta e constrói barragens dentro e fora do país, os Estados Unidos demoliram 925 delas nos últimos quatro anos e pretendem continuar porque *“são caras e nocivas ao meio ambiente.”* O povo Klallam fez festa durante mais de uma semana por causa da *“vingança do salmão selvagem, animal sagrado”*. A barragem no rio Elwha foi pulverizada numa nuvem de detritos e o ministro Ken Salazar declarou que: *“A retomada do curso natural do rio assinala o início de uma nova era nas relações entre os nossos rios e as comunidades que vivem em suas margens.”* *“Antigamente, nos chamavam de povo salmão”,* diz Robert Elofson, da tribo Klallam, *“porque para nós o peixe tinha uma mesma dignidade que a espécie huma-*

*na. Neste rio, os salmões caíram de 400 mil para 3 mil. Agora, eles podem reconquistá-lo.”*

Nós do Mensageiro entendemos e temos visto que onde se constrói barragens o ecossistema é destruído. E reconhecemos que um novo sistema se cria pela adaptabilidade e versatilidade de nossa Mãe Natureza. E que este novo sistema também é destruído com a demolição das barragens.

Por isso, não sugerimos que o Brasil ande demolindo as barragens existentes, mas que aprenda com os outros e deixe de construir estes monstros caros e nocivos. Pare já e busque alternativas que nossos cientistas já apontaram e o Mensageiro já tem publicado.



## Museu Magüta

### Resistência dos Tikuna contra o preconceito

Na manhã de 28 de março de 1988, madeireiros mataram quatro indígenas do povo Tikuna, feriram 23 e causaram o desaparecimento de outros dez nas águas do rio Solimões, em uma emboscada no Igarapé Capacete, na comunidade São Leopoldo, em Benjamin Constant, no extremo oeste do Amazonas. Outra estratégia dos invasores, para impedir a demarcação das terras, era incitar a população contra os indígenas, acirrando a onda de preconceitos na região do Alto Solimões.

Este preconceito ainda hoje é sentido, embora não mais represente ameaça. Um marco importante na luta para conquistar o respeito da população foi a criação do Museu Magüta, localizado no centro de Benjamin Constant. As atividades do museu começaram em meados dos anos 90, mas sua inauguração foi impedida na época por um grande protesto. Apesar da pressão, os indígenas insistiram e fizeram o museu funcionar. "Aos poucos, incentivamos as comunidades a participar, a enviar artesanato. Hoje tem muitas comunidades contribuindo com material que é vendido aqui e distribuído para Manaus", diz Nino Fernandes.

Se, por um lado, o preconceito já não pesa, outros problemas desafiam os indígenas. "Temos algumas dificuldades para manter uma instituição desse porte. Não temos convênio com nenhuma entidade, de modo que todas as despesas são pagas com os recursos arrecadados com a venda de artesanato", relata Nino. O Museu Magüta (palavra que na língua Tikuna significa "gente") é destinado a promover a cultura, a história e preservar a memória dos Tikuna. Esse povo vive em mais de 100 aldeias nos oito municípios do Estado do Amazonas que compõem a região do Alto Solimões. Sua população é superior a 35 mil pessoas no Brasil, além daqueles que vivem na Colômbia e Peru.

A partir de texto de J. Rosha

## Reféns libertos, terra demarcada

Foi amplamente divulgado o seqüestro de funcionários da FUNAI e da Empresa de Pesquisa Energética na aldeia Kururuzinho na região de Alta Floresta, no limite entre Mato Grosso e o Pará de 17 a 23 de outubro. A Funai foi forçada a iniciar a demarcação da terra indígena Kayabi, aguardada por mais de 20 anos. Além deste descaso total, há usinas hidrelétricas projetadas no entorno da área, até licenciadas e o povo ainda não consultado. Todos nós lamentamos que os povos indígenas, ou qualquer pessoa ou grupo de brasileiros recorram a atos extremos para que seus legítimos direitos sejam respeitados. Taravy Kayabi escreveu explicando esta ação:

"Sou Taravy Kayabi, liderança indígena da Terra Indígena Kayabi, e estou enviando essa mensagem para pedir a ajuda de vocês para divulgarem uma medida que tomamos para que pudéssemos ser escutados. Como deve ser do conhecimento de vocês estamos sendo atropelados pelo governo que pretende construir várias barragens no entorno de nossa terra. Temos aceitado fazer parte dos estudos e estamos sempre conversando com os empreendedores e FUNAI para que a gente saiba os impactos que causarão em nossa vida. Mas estamos sendo sumariamente desrespeitados. Já estamos vendo a barragem de Teles Pires ser construída e até agora, mesmo após a licença de Instalação nenhum programa nos foi apresentado. Mal pudemos saber melhor desse processo e agora o governo quer fazer audiência pública de São Manoel sem que os estudos na terra indígena tenham terminado. O próprio antropólogo nos contou que tem somente uma semana para apresentar o estudo. Por isso tomamos a decisão, junto com as lideranças Apiaká e Munduruku de segurar em nossa aldeia quatro representantes da FUNAI, dois de Brasília e dois coordenadores técnicos, dois representantes da EPE e o antropólogo responsável pelo estudo até que o governo venha em nossa aldeia para conversar. Tudo tem sido muito acelerado para construir essas barragens e nossas principais reivindicações não têm sido atendidas, como a demarcação de nossa terra, acompanhado do MPF. Dissemos não a essas barragens e queremos que essa audiência não aconteça com a pressa que o governo quer. Seria muito importante que a imprensa soubesse dessa nossa ação e pedimos para que eles venham acompanhar nossa reivindicação e para que tudo aconteça de forma pacífica."

## A mineração mata nas Filipinas

As Filipinas sofrem constante agressão por mineradoras que transformam florestas exuberantes em buracos desérticos.

Mineração se torna sinônimo de violência. Se antes o debate era sobre a biodiversidade, rios e mares ameaçados, hoje a mineração está ligada à morte de quem a opõe. Os povos indígenas são os mais ativos e expressivos contra a mineração, pois são suas comunidades que vêem suas terras exauridas e violentadas por lucro. E são suas comunidades que estão sendo deslocadas, divididas e empobrecidas pela perda de seu meio de vida e esfomeadas pela perda de sua fonte alimentar.

Em outubro duas vezes defensoras dos povos indígenas, portanto opositores à mineração, foram brutalmente assassinados provavelmente por uma milícia particular contratado pelas mineradoras.

14 de outubro Datu Roy Gallego, liderança do povo Manobo e radialista conhecido por sua oposição às mineradoras, foi morto a tiros numa emboscada. Datu Gallego utilizava seu programa rádio para denunciar os abusos das mineradoras e as graves injustiças do governo em desrespeitar os direitos indígenas.



## Garimpos ilegais:

Debate importante, resultados zero – é a opinião de Davi Kopenawa Yanomami que participou em audiência pública no fim de outubro. No debate sobre garimpagem e território Yanomami, de um lado a bancada federal de Roraima cobrou do governo a legalização de garimpos na reserva como resposta ao desenvolvimento do estado. Do outro lado, Davi Kopenawa pediu o fim da extração irregular dos minérios. “Não foi bom totalmente, não ficou nada definido. Pedi o fim dos garimpos, falei para retirar os garimpeiros por causa dos prejuízos que causam ao meu povo, como morte e danos ambientais, mas ouvi da Polícia Federal que não tem recursos para fazê-lo”.

O delegado de Polícia Federal Alexandre Ramagem, que representou o Ministério da Justiça na audiência, afirmou que a PF está agindo, mas lembrou que é necessária uma legislação mais rigorosa para realizar seu trabalho.

A vice-procuradora da República, Déborah Duprat, não se convenceu das declarações do representante da PF. Ela afirmou que o órgão poderia atuar em serviço de inteligência para apontar quem financia o garimpo e investigar a compra do ouro extraído de forma ilícita. “A economia do ouro como um todo não é fiscalizada nem punida. Por que o monitoramento da área por satélite não é realizado?”, questionou.

De: Andrezza Trajano na Folha de Boa Vista 27.10.2011



17 de outubro, Padre Fausto Tentorio, padre italiano que trabalhava com povos indígenas foi atingido dez vezes com balas especiais que explodem dentro do corpo. Padre Fausto, com seu trabalho em prol dos direitos e bem estar dos indígenas foi conhecido por sua posição contra a mineração.

No mesmo mês de outubro, mês dos povos indígenas, o presidente Aquino aprovou uma proposta dos militares que permite mineradoras formar e custear milícias para sua proteção.

Hoje duas fortes vozes – uma indígena e outra em favor dos indígenas – foram silenciadas.

E o governo quer mais proteção para as mineradoras!

Os povos das Filipinas clamam: Sr. Presidente, está na hora de escutar não as pessoas que financiaram sua campanha, mas aquelas que votaram em você.

Está na hora de escutar e ouvir a voz dos povos indígenas e seus aliados.

# ENCONTRO DA TERRA INDÍGENA



Nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2011, na Aldeia Turizinho, cerca de 60 pessoas, entre eles, educadores, lideranças indígenas, caciques, cantores, especialistas da cultura dos Povos Ka'apor, Guajá e Timbira se reuniram para conversar, estudar, rever, refletir, debater, sobre a educação e cultura relacionada à vida e permanência no território que vem sendo ameaçada por frentes madeireiras com a convivência de diferentes instâncias governamentais e ausência do Estado, ameaçando a permanência e vida desses povos no território. Foram intensas conversas e relatos sobre educação, mas sempre relacionando com esses problemas que tem afetado diretamente as formas dos grupos se reproduzirem socialmente nas aldeias.

O encontro contou com apoio, orientações e interlocuções do Cimi Maranhão e das Comunidades dos Irmãos La Salle de Zé Doca e Santa Tereza.

Olhando e refletindo sobre outras formas e experiências de educação indígena (Panará e Takina) e educação

escolar indígena (Guarani Mbya, Juruna e Tikuna), puderam olhar para suas experiências, suas formas de ensinar e aprender; realizaram longas reflexões, conversas na língua materna, cantorias, relatos de histórias de afirmação cultural, entre outros.

Realizaram longos relatos, memórias de suas formas próprias de educação com pedagogias fundamentadas no saber-fazer cotidiano e ritual. Relacionaram essas formas de socialização nas aldeias, fundamentadas na educação-cultura, com as experiências de educação escolar indígena que vão sendo impostas, incorporadas ao cotidiano, à vida do povo.

Caracterizando o quadro da educação escolar indígena nas aldeias, identificaram e refletiram sobre inúmeras dificuldades, problemas encontrados que tem ocasionado mudanças na vida do povo com a chegada da escola, de professores karai (não indígenas), de livros da cultura karaí; de horários diferentes daqueles que orientam o trabalho

# E EDUCAÇÃO NA ALTO TURIAÇU

e a vida nas aldeias. Dificuldades relacionadas ao aprendizado da língua e escrita do português; da inoperância da SEDUC e/ou ausência do Estado na garantia dos direitos inerentes a educação escolar indígena específica, diferenciada, multilíngue (por se tratar de três povos no território).

Mesmo a educação escolar indígena não sendo uma demanda emergente entre esses três povos, as aldeias que já dispõem dessas atividades escolarizadas apresentaram inúmeros problemas relacionados a este aspecto, entre eles, que o acesso está restrito às séries iniciais do Ensino Fundamental de forma debilitada com nenhum reconhecimento do trabalho e formação inicial e continuada de educadores indígenas e não indígenas. Relataram inúmeras situações de falta de respeito às diferentes formas de ensinar, aprender, socializar nas aldeias



que estão sendo desconsiderados por professores karaí, técnicos do Estado e municípios.

Diante das inúmeras situações apresentadas, o grupo se viu diante de alguns desafios a serem enfrentados e respondidos por região (Gurupi/ Turiaçu/ Maracaçumé-Paruá): *"como continuar ensinando e aprendendo do nosso jeito, de acordo com nossa cultura?"*, *"o que queremos aprender ou continuar aprendendo da cultura do karaí sem esquecer e abandonar nossas formas de ensinar e aprender?"* *"como a nossa educação e educação dos karaí pode ajudar a gente enfrentar esses problemas que ameaçam nossa vida no território?"*



As inúmeras indagações, reflexões, preocupações apresentadas sempre na língua materna puderam afirmar uma forma de pensar, anseios, perspectivas e projetos futuros de querer continuar vivendo como Ka'apor, Guajá e Timbira no território; de acordo com sua cultura, mas considerando a relação com os ka-



raí, com as comunidades regionais, com a sociedade envolvente.

Considerando o contato, as relações com o mundo karaí, suas conseqüências e necessidades da garantia dos direitos e respeito a viver como Ka'apor, Guajá e Timbira; direitos à educação escolar indígena, os grupos destacaram os seguintes encaminhamentos: continuar desenvolvendo suas formas próprias de ensinar e aprender fundamentados na cultura de cada povo; priorizar a articulação e mobilização para a realização das festas e/ou rituais tradicionais; desenvolver experiência de educação escolar indígena buscando a ampliação do ensino fundamental pleno para as aldeias que já dispõem dessas atividades; desenvolver projeto de educação escolar indígena na modalidade Educação de Jovens e Adultos voltados para defesa da floresta, cuidado com a saúde e sustentabilidade no território; a formação de uma Comissão de Educação que deverá buscar orientações, articular apoio e formação para en-

caminhar as propostas; exigir do Estado (SEDUC) o cumprimento dos direitos à educação escolar indígena, sobretudo, na garantia de estrutura, recursos materiais e financeiros para o desenvolvimento do projeto de educação escolar indígena em EJA; buscar aliados e parceiros para o desenvolvimento desse projeto.

Por fim, o grupo conversou e elaborou estratégias em como enfrentar o descaso dos órgãos públicos com a saúde, com a defesa do território, sobretudo, o descaso e inoperância da FUNAI com a defesa do território, assim como, garantir o Controle Social através do acesso a instâncias de participação para a gestão do território.

Na noite que antecedeu o retorno para as aldeias, realizaram rodas de conversa para as articulações por região e, a seguir, com entoar de cantorias e danças Ka'apor, chamaram para o terreiro da aldeia espíritos de inúmeros animais vivos e protetores da floresta para animar, sustentar, reafirmar o jeito de ser, viver e continuar vivendo no território.





## Adeus à mulher que plantava árvores

Na edição 188, o MENSAGEIRO destacou o trabalho da ambientalista queniana Wangari Maathai. A ela foi conferido o Prêmio Nobel da Paz de 2004, por sua luta em favor das mulheres de seu continente. Foi a primeira mulher africana a receber o prêmio.

Ela foi capaz de mobilizar, ao longo de mais de 30 anos, um contingente de cerca de 900 mil mulheres na construção de viveiros e no plantio de árvores, para reverter os efeitos do desmatamento. Wangari tinha consciência de que o plantio de árvores era uma garantia para o futuro de muitos. Mesmo que não pudéssemos desfrutar dos benefícios dessa ação, teríamos a certeza de que era um legado para as próximas gerações. Ela sabia ainda que a diminuição da pobreza, além de estar ligada à conservação da natureza, também dependia de formação, de capacitação das pessoas.



Wangari morreu no dia 25 de setembro, "depois de uma grande e valente luta contra o câncer", conforme diz a organização "Movimento Cinturão Verde" em sua página na internet. Wangari Maathai, que tinha 71 anos, morreu no Hospital em Nairóbi, no Quênia.



Uma publicação a serviço dos povos indígenas e da Amazônia.

### ASSINATURA ANUAL:

Não-índio: R\$ 30,00

Indígena: R\$ 15,00

Apoio: R\$ 60,00

EXEMPLARES AVULSOS: R\$ 3,00

### Marque aqui o seu tipo de assinatura:

- Nova
- Renovação
- Indígena
- Apoio

### Pagamento

- Cheque Nominal
- Depósito Bancário

Em: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

### Depósito Bancário:

Banco Bradesco Agência **3109-7**

Conta Corrente **135641-0**

Em nome de **Conselho Indigenista Missionário**

Para fazer assinatura do Mensageiro, preencha o cupom no verso desta página, e envie para o endereço abaixo.

Editora Mensageiro  
Caixa Postal 41  
66017-970 Belém, Pará

fone: 091- 3252 - 4164  
Fax: 091- 3252 - 2312  
E.mail: cimiblm@amazon.com.br

# Pataxó Hã- Hã- Hãe: suspensão de julgamento adia retirada de fazendeiros

O Povo Pataxó Hã- Hã- Hãe se sentiu mais uma vez traído pelo Estado brasileiro, com a suspensão do julgamento da Ação Cível Originária (ACO 312) da Terra Indígena Caramuru - Catarina - Paraguassu, no sul da Bahia. O julgamento deveria ter ocorrido em 20 de outubro passado.

Chegou-se a realizar uma campanha de cartas aos ministros do STF, destacando o fato de que, em várias décadas, trinta pessoas deste povo foram assassinadas por lutar pela retirada dos ocupantes ilegais de suas terras. A morte violenta de Galdino Pataxó, nas ruas de Brasília, mesmo não tendo relação direta com sua luta pela terra, acabou expondo o drama de seu povo, acelerando providências do Governo Federal que, agora, podem sofrer um retrocesso, caso a Ação Cível demore mais tempo a ser julgada.

Na ACO 312, a Funai pede a nulidade dos títulos de propriedade de não-índios sobrepostos à Reserva Indígena, demarcada em 1938. A maioria desses títulos foi concedida pelo estado da Bahia durante a gestão de Antonio Carlos Magalhães, nos anos 70.

Apesar de quatro perícias da Funai já terem confirmado a presença e a ocupação dos indígenas em suas terras desde pelo menos 1650, os ocupantes não-indígenas contestam a ação, ignorando que se trata de terras de propriedade da União. O Ministério Público Federal opinou a favor da nulidade dos títulos de propriedade concedidos aos não-indígenas em



Pataxó Hã - Hã - Hãe dançam em torno do monumento dedicado a Galdino (Foto: Éden Magalhães)

abril de 2001.

No julgamento da ACO, o relator do processo, Ministro Eros Grau, observou que “*não há títulos de propriedade válidos no interior da reserva, anteriores à vigência da Constituição Federal de 1967*”, que é a Constituição de referência para o caso, pois estava valendo no momento em que a ACO 312 chegou ao STF, em 1982.

O artigo 186 da

quele Carta considerava as terras ocupadas tradicionalmente pelos indígenas como sendo de domínio da União, para usufruto dos índios, além de declarar a nulidade de qualquer título de propriedade de terra localizada dentro da área.

O ministro Eros Grau concluiu que os índios estavam presentes na região desde muito antes da Constituição de 1967: “*Abrange toda a área habitada, utilizada para o sustento do índio, necessária à preservação de sua identidade cultural*”, e votou pela procedência da ação (a favor dos indígenas).

O procurador do Estado da Bahia, Antônio José de Oliveira Telles de Vasconcellos, justificou em ofício encaminhado a ministra Carmem Lúcia que “*tendo em vista a grave comoção pública e eventual desordem social que uma eventual decisão pode acarretar*” a votação deveria ser retirada de pauta.

No entanto, a ACO-312 não foi apenas retirada, mas também suspensa de votação por tempo indeterminado.



Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Caixa Postal: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_ País: \_\_\_\_\_

**Importante: Envie por fax ou correio – junto com o cupom preenchido e comprovante (ou cópia) do seu depósito**

# DECLARAÇÃO DA ALIANÇA DO XINGU CONTRA BELO MONTE

*“Não permitiremos que o governo crie esta usina e quaisquer outros projetos que afetem as terras, as vidas e a sobrevivência das atuais e futuras gerações da Bacia do Xingu”*

**N**ós, os 700 participantes do seminário “Territórios, ambiente e desenvolvimento na Amazônia: a luta contra os grandes projetos hidrelétricos na bacia do Xingu”; nós, guerreiros Araweté, Assurini do Pará, Assurini do Tocantins, Kayapó, Kraô, Apinajés, Gavião, Munduruku, Guajajara do Pará, Guajajara do Maranhão, Arara, Xipaya, Xicrin, Juruna, Guarani, Tupinambá, Tembê, Ka’apor, Tupinambá, Tapajós, Arapyun, Maytapeí, Cumaruara, Awa-Guajá e Karajas, representando populações indígenas ameaçadas por Belo Monte e por outros projetos hidrelétricos na Amazônia; nós, pescadores, agricultores, ribeirinhos e moradores das cidades, impactados pela usina; nós, estudantes, sindicalistas, lideranças sociais e apoiadores das lutas destes povos contra Belo Monte, afirmamos que não permitiremos que o governo crie esta usina e quaisquer outros projetos que afetem as terras, as vidas e a sobrevivência das atuais e futuras gerações da Bacia do Xingu.

**D**urante os dias 25 e 26 outubro de 2011, nos reunimos em Altamira para reafirmar nossa aliança e o firme propósito de resistirmos juntos, não importam as armas e as ameaças físicas, morais e econômicas que usaram contra nós, ao projeto de barramento e assassinato do Xingu.

**D**urante esta última década, na qual o governo retomou e desenvolveu um dos mais nefastos projetos da ditadura militar na Amazônia, nós, que somos todos cidadãos brasileiros, não fomos considerados, ouvidos e muito menos consultados sobre a construção de Belo Monte, como nos garante a Constituição e as leis de nosso país, e os tratados internacionais que protegem as populações tradicionais, dos quais o Brasil é signatário.

**E**scorraçadas de suas terras, expulsas das barrancas do rio, acudadas pelas máquinas e sufocadas pela poeira que elas levantam, as populações do Xingu vem sendo brutalizadas por parte do consórcio autorizado pelo governo a derrubar as florestas, plantações de cacau, roças, hortas, jardins e casas, destruir a fauna do rio, usurpar os espaços na cidade e no campo, elevar o custo de vida, explorar os trabalhadores e aterrorizar as famílias com a ameaça de um futuro tenebroso de miséria, violência, drogas e prostituição. E repetindo assim os erros, o desrespeito e as violências de tantas outras hidrelétricas e grandes projetos impostos à força à Amazônia e suas populações.

**A**rmados apenas da nossa dignidade e dos nossos direitos, e fortalecidos pela nossa aliança, declaramos aqui que formalizamos um pacto de luta contra Belo Monte, que nos torna fortes acima de toda a humilhação que nos foi imposta até então. Firmamos um pacto que nos manterá unidos até que este projeto de morte seja varrido do mapa e da história do Xingu, com quem temos uma dívida de honra, vida e, se a sua sobrevivência nos exigir, de sangue.

**D**iante da intransigência do governo em dialogar, e da insistência em nos desrespeitar, ocupamos a partir de agora o canteiro de obras de Belo Monte e trancamos seu acesso pela rodovia Transamazônica. Exigimos que o governo envie para cá um representante com mandado para assinar um termo de paralisação e desistência definitiva da construção de Belo Monte.

*Altamira, 27 de outubro de 2011*

Nós povos indígenas não somos mais invisíveis.  
Temos passado da resistência a propostas e ação,  
temos nos visibilizado, articulado.

Contamos com nossos saberes e práticas ancestrais  
que nos permitiram conservar e enriquecer  
a biodiversidade com que a Natureza tem nos abençoado.

Contamos com os direitos reconhecidos  
por tratados internacionais: ao território e livre determinação,  
das quais emanam o direito a consulta  
e consentimento prévio, livre e informado,  
a decidir nossa forma de viver e sobre nossos bens naturais.

Temos propostas para enfrentar a crise  
da civilização ocidental e a crise climática: o Bem Viver  
em diálogo e harmonia entre os povos e com a Mãe  
Terra, que oferecemos ao mundo para salvar a todas as formas de vida.

*Do Manifesto da  
IV Minga Global pela Mãe Terra*

